

AMBIENTE **Decisão é do juiz José Zuquim,**
SOB RISCO ▶ **atendendo uma reclamação do MP**

Justiça suspende zoneamento por irregularidades

MARCOS LEMOS
DA REDAÇÃO

O Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE) de Mato Grosso (Lei n.º 9.523/2011) foi suspenso por ordem da Justiça estadual. A decisão foi do juiz José Zuquim Nogueira, titular da Vara Especializada do Meio Ambiente, atendendo uma reclamação do Ministério Público, sob alegação de não cumprir os parâmetros estabelecidos em decretos federais que normatizam as regras ambientais, que são políticas estabelecidas uniformemente, mesmo havendo vários ecossistemas definidos dentro do mesmo espaço territorial.

“Eu já havia alertado como deputado estadual que a proposta apresentada era eivada de irregularidades, mas preferiram não me ouvir e descartar minha proposta de substitutivo integral”, disse o ex-deputado Alexandre César (PT) que é procurador do Estado e atuou como relator da Comissão Especial do ZSEE, mas acabou vencido pelos demais deputados.



Questões ambientais sempre foram foco de desentendimentos políticos

Alexandre César pontuou que mesmo havendo inúmeras audiências públicas que levaram a discussões aprofundadas, não se pode mensurar as coisas pelas vontades do setor produtivo como sendo absoluto, ou seja, preciso se faz que o Zoneamento assegure o desenvolvimento sustentável, ou seja, sem ferir o meio ambiente, mesmo que isto represente se ter menor produção, menor lucro, mas a certeza de um futuro. A certa altura da decisão o magistrado pondera que: “No entanto, mais importante é que se por razão destes vícios, houve comprometimento dos bens e serviços naturais e do desenvolvimento sustentável, logo, há o risco de comprometimento da vida humana. Este é, então, o argumento mais forte que, mais que permitir, impõe a concessão da medida liminar” disse o juiz José Zuquim. O MPE sustentou que os estudos técnicos que subsidiaram a elaboração do zoneamento são inconsistentes, apresentam erros metodológicos e não atendem as normas federais, que orientam os zoneamentos no Brasil.

De acordo com o promotor Domingos Sávio, co-



Otmar de Oliveira/Arquivo

Alexandre Cesar lembra que apresentou substitutivo integral para sanar os problemas levantados

mo a metodologia foi inadequada, o zoneamento não se baseou nas potencialidades e fragilidades, descaracterizou as categorias e zonas e definiu indicações de uso impróprias.

Segundo ele, o projeto reduz 81,95% da área de conservação e recuperação dos recursos hídricos. Foi constatada a redução das Áreas Protegidas em 85,20%. Como consequência, se destaca a perda da biodiversidade em ambientes únicos e estratégicos para a conservação dos biomas. Políticas públicas, como a de Conservação da Biodiversidade e de Turismo, também serão afetadas.

Outro lado - Sempre atento às decisões judiciais, o procurador-geral do Estado, Jenz Prochnow, fri-sou já saber da decisão via imprensa, mas não conhecer o teor da decisão judicial e garante que assim que for notificado, começará a estudar a defesa do governo do Estado e também da Assembleia Legislativa, pois a prerrogativa é do legislador que ouviu a sociedade e definiu o melhor para que essa mesma sociedade não fosse atingida. Prochnow sinalizou que existem exageros por parte dos ambientalistas, pois a produção depende de um meio ambiente saudável.

EDITAL DE LICITAÇÃO ▶

Duas audiências debatem mobilidade urbana

MARCOS LEMOS
DA REDAÇÃO

Com apresentações que impressionam pela envergadura das obras e das mudanças que acontecerão nas principais vias entre Cuiabá e Várzea Grande, o governo do Estado levou para discussão pública em duas audiências em ambos os municípios do projeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) obra orçada em R\$ 1,2 bilhão e que terá seu edital de licitação publicado no Diário Oficial do Estado (DOE). A decisão de uma solenidade para lançamento da licitação acabou sendo descartada pelo governador Silval Barbosa (PMDB), que prefere fazer ato formal apenas quando do lançamento efetivo das obras.

Para se executar as obras do VLT serão necessárias outras obras de mobilidade urbana nas vias de acesso e trânsito rápido, por isso as audiências públicas na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e na Câmara Municipal de Várzea Grande foram concorridas e tiveram altos e baixos como a reclamação de engenheiros ligados ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea/MT) que pontuaram o fato de ainda não existir um projeto executivo para se dimensionar os impactos das obras e o custo das mesmas.

Como será uma obra executada através do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), nova moda-



Josi Pettengill/Secom-MT

Silval Barbosa decide adiar a solenidade de lançamento para quando as obras forem iniciar de fato

lidade instituída pelo governo federal, ainda existem divergência quanto a sua aplicabilidade e funcionalidade, pois no RDC é apresentado apenas um anteprojeto, ficando o projeto executivo como sendo uma competência da empreiteira que ganhar a licitação para a execução das referidas obras.

O VLT terá 22,2 km de extensão, 33 estações e três terminais de

integração, sendo necessária a construção de 5 viadutos, 3 trincheiras e 3 pontes. O anteprojeto prevê também que todos os critérios de acessibilidade serão contemplados na elaboração dos projetos básico, executivo e, consequentemente, na execução das obras.

Com dois eixos, CPA-Aeroporto e Coxipó-Centro, o modal será implantado no canteiro central

das avenidas Historiador Rubens de Mendonça (avenida do CPA), FEB, 15 de Novembro, Tenente Coronel Duarte (Prainha), Coronel Escolástico e Fernando Correa da Costa. Em média, a distância de uma estação a outra ficará entre 500 a 600 metros, facilitando assim a circulação de populares nas duas principais cidades do Estado de Mato Grosso.

NA BASE

PSD decide por dar apoio ao prefeito Chico Galindo

TÉO MENESES
DA REDAÇÃO

A direção do PSD de Cuiabá declarou apoio ao prefeito Chico Galindo (PTB), apesar de alguns setores da legenda defenderem a entrega de cargos como ocorreu no governo do Estado. A manifestação garantirá à sigla o comando de pelo menos 3 secretarias municipais, além de abrir caminho para uma eventual aliança na eleição de outubro.

O apoio foi anunciado durante reunião realizada no início da tarde de ontem no gabinete de Galindo. Participaram do encontro representantes da bancada de vereadores e do diretório municipal e estadual do PSD. Ficou praticamente acertado na ocasião que o vereador Everton Pop continuará sendo o líder do prefeito na Câmara. Galindo também anunciou que, depois de fazer uma reforma no staff em março, continuará cedendo espaço privilegiado à agremiação.

Criado no ano passado, o PSD continuará com o comando das secretarias de Habitação, que deve passar a se chamar Secretaria de Cidades, e

Cultura. Carlos Brito, atual assessor especial do prefeito, foi confirmado como futuro secretário de Obras.

Além de Brito e Pop, participaram do encontro o vereador licenciado Levi de Andrade e Edivá Alves, além do suplente de deputado estadual Carlão Nascimento. O único parlamentar ausente foi Toninho de Souza, mas o presidente do diretório municipal do PSD, deputado federal Eliene Lima, afirmou que o assunto vai ser tratado pela legenda.

Apesar do apoio, a cúpula do PSD reafirmou interesse em ter candidato próprio em outubro, mesmo não tendo no momento pré-candidatos declarados. Isso levou Galindo a admitir a possibilidade do PTB apoiar o projeto, ser apoiado ou mesmo ambos sustentarem a base de algum aliado. Já o vereador Toninho de Souza afirmou ontem respeitar a posição dos correligionários, mas voltou a defender a entrega de cargos com argumento de que isso seria coerente com a decisão que a sigla adotou em relação ao governo do Estado. Galindo só enfrenta oposição de 3 dos 19 vereadores da Capital.

Maggi volta a ser ministeriável

MARCOS LEMOS
DA REDAÇÃO

O senador Blairo Maggi, líder do PR no Senado, voltou a ser sondado como possível ministro da presidente Dilma Rousseff na reunião em que ele e o líder do seu partido na Câmara Federal, Lincoln Portella, foram recebidos no Palácio do Planalto pela ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvati, para tratar da participação ou não do PR no primeiro escalão da Presidência da República.

Mesmo sendo Paulo Sérgio Passos filiado ao PR, o partido vê sua posição de ministro como uma indicação pessoal da presidente da República e não da sigla.

A escolha de Maggi como líder

no Senado caiu como luva de pelica para o governo da presidente Dilma, que acabou se afastando do PR quando da substituição do então ministro, hoje senador Alfredo Nascimento da Pasta dos Transportes com toda sua cúpula, gerando mal-estar e principalmente divergências na relação.

A chegada de Blairo Maggi sempre foi um sonho acalentado pelos petistas, que em 2006 viram no então governador reeleito uma maneira do presidente Lula, candidato à reeleição e disputando um segundo turno com Geraldo Alckmin (PSDB), ter acesso direto ao setor produtivo. Indiretamente isto aconteceu ao ponto de Maggi acabar se tornando o interlocutor entre o governo federal e o setor ligado ao agronegócio.

Maggi no ministério dos Transportes aliviaria ainda a pressão do PR que tem tanto bancada no Senado quanto na Câmara Federal e que começou a tomar posições de independência que atrapalham os planos do governo federal.

“Houve uma sinalização por parte da ministra Ideli, mas tenho para comigo que minha missão é no Senado e em defesa de minhas convicções”, disse Blairo Maggi (PR/MT), que antes de ser galgado à condição de líder já havia sinalizado que se licenciaria por seis meses para tratar de assuntos particulares e para abrir mão de parte do seu mandato para seu primeiro suplente, José Aparecido dos Santos, Cidinho, e depois para o segundo suplente, Rodrigues Palma.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Blairo Maggi no Ministério dos Transportes aliviaria a pressão do PR sobre planos do governo federal